fissional ou preprofissional, tanto quanto possível dentro da orientação dos referidos beneméritos, quando se estabelecer o plano da distribuição das escolas de ensino técnico;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministério das Finanças, por intermédio da Direcção Geral da Fazenda Pública, a devolver à Câmara Municipal do concelho de Tabuaço o domínio e posse do prédio rústico e urbano, sito na vila deste nome, onde à data da publicação do decreto n.º 19:909, de 19 de Junho de 1931, funcionava a Escola Profissional de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto, com todo o material didáctico e mobiliário que nêle se encontrarem à data da publicação do presente decreto-lei, e bem assim os livros e armários que constituem a biblioteca anexa à mesma Escola.

§ 1.º Esta devolução será realizada por auto a lavrar na respectiva Secção de Finanças, logo que a Câmara Municipal instale convenientemente as escolas de ensino primário que funcionam no prédio.

§ 2.º A mesma devolução será isenta de sisa e de qualquer outro imposto.

Art. 2.º O prédio a que se refere o artigo 1.º poderá ser aplicado à instalação de uma escola de sentido profissional ou preprofissional, se no plano da rede de distribuição destas escolas aparecer alguma localizada em Tabuaço, respeitando-se, tanto quanto possível, as características indicadas pelos instituidores da Escola Profissional de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Maio de 1942. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Comissariado do Desemprego

Portaria n.º 10:088

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 38.º, n.º 3), do orçamento deste Comissariado actualmente em vigor seja eliminada a quantia de 100\$, que irá reforçar o n.º 2) do mesmo artigo e capítulo.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 6 de Maio de 1942. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 10:089

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 5.º do decreto n.º 28:326, de 27 de Dezembro de 1937, que, para constituir o artigo 9.º, n.º 1), do capítulo único do orçamento de despesa do Conselho do Império Colonial para o corrente ano económico, aprovado pela portaria n.º 9:948, de 8 de Dezembro de 1941, sob a rubrica de «Despesas de anos económicos findos» e a designação «Para pagamento de despesas desta natureza», seja aberto um crédito especial de 2.661\$41, tendo por contrapartida igual importância a sair do saldo positivo do orçamento do mesmo Conselho do ano económico de 1941.

Ministério das Colónias, 6 de Maio de 1942. — O Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado.